

## DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO AGNALDO RODRIGUES DA SILVA, PROFERIDO PELO ACADÊMICO SEBASTIÃO CARLOS GOMES DE CARVALHO<sup>1</sup>



Senhor Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras, Acadêmico Eduardo Mahon.

(Peço vênia para, antes de iniciar a saudação acadêmica, fazermos um momento de silêncio em homenagem a Gabriel Garcia Marques, a grande expressão latino-americana há duas semanas falecido.)

Confrades, Confreiras.

Professor Agnaldo Rodrigues da Silva.

Senhores, Senhoras.

Conta-se que na Paris da Idade Média certo dia surgiu uma querela em que se contrapunham as congregações dos monges da Catedral e a dos frades menores. A pendenga dizia respeito ao fato de que cada uma das Ordens religiosas reivindicava o direito exclusivo a tocar o sino da célebre igreja tão logo o astro rei apontasse no horizonte. Pela importância da secular catedral tal incumbência tinha grande simbolismo. Os monges argumentavam que, na condição de cabeças pensantes da igreja na cidade, a eles pertencia tal primazia, ao que os frades menores redarguiam afirmando que eles é que deveriam ter esse direito pois, para cumprirem as humildes atividades que eram de sua atribuição, estavam obrigados a acordarem antes mesmo de o sol raiar. Assim sendo não entendiam a razão para esperar que fossem outros a lhes avisarem a hora matinal. As partes se mostravam cada vez mais irredutíveis e o embate se prolongava no tempo e se tornava cada vez mais vexatório, com acusações, denúncias e achaques, sem que se vislumbrasse qualquer possibilidade de acordo. E, deste modo, a demanda chegou a Roma. O Papa, preocupado com a gravidade da situação, enviou a Paris um Cardeal conhecido por sua sabedoria e bom senso e, ademais, de sua estrita confiança. No mesmo dia em que chega à cidade, Sua Eminência ordena que as partes apresentem os últimos arrazoados e, após, que todas as peças do processo lhe fossem entregues. Determina igualmente que os litigantes estivessem à sua frente na manhã seguinte. À hora designada, os frades menores, os monges, as testemunhas, os advogados das partes e os mais altos dignitários se encontram perante o enviado papal. A expectativa é grande e os litigantes se entreolham raivosos, apreensivos e com a angústia estampada nas faces. Então, o Cardeal, olhando firme, e sem ter aberto nenhum dos tomos do processo, ordena que aquela volumosa papelada seja jogada na fogueira. E a seguir - como está no conto do Conde de Lucanor, conforme nos relata Montello - Sua Eminência solenemente proclama a sentença, vazada nos termos seguintes:

---

1 Carlos Gomes de Carvalho é ensaísta, historiador, advogado, professor, membro da Academia Mato-Grossense de Letras [da qual foi Presidente em dois mandatos], do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e do Instituto dos Advogados Brasileiros (RJ). Publicou, entre outros, “Dicionário de Termos e Expressões de Mato Grosso”. (2014).

- Amigos, esta questão tem durado muito. E precisa acabar. Agora mesmo lhe daremos um fim. Ambos quereis tocar a matinas, sem que um se conforme com a prioridade do outro. Mas aqui vos dou a sentença, que resolve o caso para sempre.

E alteando a voz, diz:

Ouçam! Aquele que acordar mais cedo, é esse que tange o sino!

Quis o veredicto de modo exemplar dizer que a honra e a glória do mérito cabia ao trabalho madrugador, constante e disciplinado.

### **O empossante**

Senhoras, Senhores

Este sodalício recebe nesta noite engalanada um homem que acordou cedo para o trabalho. Com efeito, Agnaldo Rodrigues da Silva madrugou no labor intelectual. Filho de Paulo Florêncio da Silva e Maria Rodrigues da Silva, o novel acadêmico é nascido na bela e acolhedora Cáceres que, adornada por esse histórico e majestoso rio Paraguai, compõe, ao lado de Cuiabá e de Corumbá, a tríade que registra e celebra a memorável coragem e denodo da gente lusitana a garantir um rincão de brasilidade no extremo Oeste.

Sempre estudando em escolas públicas, desde a Escola Estadual Esperidião Marques até a Universidade do Estado de Mato Grosso onde se graduou em Letras, Agnaldo, para aprimorar seus conhecimentos didáticos, fez mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desde 1997 é professor de Literaturas de Língua Portuguesa, na Unemat. Nessa instituição, exerceu, e exerce diversos cargos administrativos e pedagógicos. Foi Pró-reitor de Ensino de Graduação, Assessor de Reitoria e, atualmente, é Presidente do Conselho Editorial da Editora Universitária/UNEMAT, além de Coordenador do Centro de Pesquisa em Literatura e Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos da Arte e da Literatura Comparada, onde coordena o projeto “O teatro nas colônias portuguesas – construção de relações identitárias pela ótica da literatura comparada”. É, também, o editor da revista *Ecos*, voltada para os estudos literários e linguísticos.

Não bastasse essa ativa dedicação funcional, é mister que se sublinhe ainda, e é certamente isto o que essencialmente interessa para esta Academia de Letras, que Rodrigues da Silva vem construindo uma obra que o está colocando como um dos nossos mais profícuos escritores. Sua produção é variegada, caminhando do ensaio ao teatro, indo da história literária à ficção. Além de participação como autor e coordenador em diversas antologias, publicou, a partir de 2003: *O Futurismo e o Teatro*; no ano seguinte vieram *A Penumbra – contos de introspecção* e *Ensaio de Literatura Comparada*; em 2008 aparece com três publicações: *Projeção de Mitos e Construção Histórica no Teatro Trágico*; *Diálogos Literários – Literatura, Comparativismo e Ensino* e ainda os contos de *Mente*

*Insana*; os ensaios *Teatro Mato-Grossense: história, crítica e textos* e *Universidade e Política* são de 2010 e, no ano seguinte, aparecem os contos de *Dose de Cicuta*.

Se os seus ensaios abordam aspectos importantes da história e da crítica literária, os de ficção denotam um autor consciente de seu labor. O tempo aqui não me autoriza a abordar todos os ângulos dessa já significativa produção. Não obstante, seja-me permitido, ainda que *en passant*, referir-me a um dos trabalhos de ficção, a que tive o prazer de prefaciar. Nele o autor incursiona por um gênero – o fantástico – no qual, se é que não teve ele a primazia, é seguramente um dos primeiros a fazê-lo em Mato Grosso. E o faz, sublinhe-se, com muita propriedade. Estou-me referindo a *Mente Insana*. Nesse pequeno livro de contos, o autor nos conduz pela senda do surreal, da fantasmagoria, do improvável aparente que circunda e envolve a realidade e nos faz percorrer os surpreendentes, inquietantes e ínvios labirintos da mente humana. Daí que neles senti a influência de dois mestres do fantástico e do surreal, Ernest Theodor Hoffman e Franz Kafka. Poucos, como estes autores de língua germânica, souberam mostrar as profundezas recônditas do inconsciente que é, na verdade, uma mostra da realidade que nos cerca, expressa através das fortes e marcantes cores que permeiam os arquétipos do simbólico, no conceito usado por Jung, ou seja, dos conjuntos das imagens primordiais que estão incrustadas no imaginário coletivo. O clima surreal, inusitado ou sobrenatural que perpassa os escritos de um e outro está carregado de forte sentido simbólico que reflete elementos de uma ambiência coletiva real. Daí que a psicanálise, cujo estudo pioneiro coube a Freud, ter conduzido a crítica literária a suscitar as abordagens do surrealismo sob essa vertente. Kafka, em seu *Diário*, expõe com precisão essa perspectiva ao afirmar que “O cotidiano em si mesmo já é maravilhoso. Eu não faço mais do que expô-lo”. Neste sentido, o maravilhoso do cotidiano é para Kafka, Hoffman e para tantos outros que percorrem essa trilha, onde incluo Agnaldo Rodrigues, um sinônimo de surreal, de onírico, de fantástico e fantasmagórico.

Para ficarmos em um só dos curtos textos que compõem *Mente Insana*, no caso o conto *A Esfinge*, observei que o personagem, após a dolorosa experiência de ter se prostrado diante da esfinge, confessa desolado: “Senti o inferno corroendo minhas carnes, meus ossos tremiam de dor, minha consciência deixou de existir por alguns instantes”. Como é sabido, a esfinge da mitologia grega desafiava os incautos com perguntas que eram autênticos quebra cabeças irrespondíveis e que só seriam resolvidos uma única e definitiva vez por Édipo, como mostra o clássico de Sófocles. A dolorida manifestação de derrota do personagem de *Mente Insana* levou-me a dizer no prefácio que o ambiente criado conduz o leitor a uma conclusão abissal e sufocante, qual seja, a de que “é melhor nada indagar, pois a resposta pode ser o tormento se instalando definitivamente, fazendo ninho no seu cérebro, nele lentamente entranhando-se de modo inescapável. Essa angústia e essa dor indefinida pode, de modo insuspeito, chegar de mansinho, assim como quem nada quer, tal como um estranho hóspede que veio de passagem e, absurdamente, em definitivo passa a morar onde não é bem vindo”. E encerrei a análise afirmando que, para o autor, ou pelo menos para aquele seu personagem, “É melhor, pois, não fazer qualquer pergunta. Todas as perguntas são perigosas. É por isso mesmo que, alhures, já

se afirmou que mais importante que a resposta é a pergunta”. No entanto, meus caros, o terrível é que as perguntas devem ser feitas imperiosamente. E no campo em que laboramos, o da literatura, o do pensamento, elas precisam ser feitas com uma precisão cirúrgica assustadora até, pois o esteta está sempre em busca da verdade. Como afirmou Kafka “A literatura é sempre uma expedição à verdade”.

Certamente que poderia delongar-me sobre a fatura ficcional do novo acadêmico, mas não posso encerrar esta parte sem dizer que recebemos hoje aquele que é, certamente, um dos mais promissores autores contemporâneos, com um trabalho intelectual que o credencia, como poucos, a figurar nas páginas da literatura que se faz nesta terra.

### **Da responsabilidade**

No entanto, senhor Agnaldo Rodrigues pesa sobre vossos ombros a grande responsabilidade de ocupar a Cadeira 10 da Academia Mato-Grossense de Letras.

O Patrono é um cuiabano, que lamentavelmente tão pouco é conhecido por nossa gente culta. Oxalá venhais contribuir para um maior estudo da vida e da obra dessa formidável personalidade que foi Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral. Ainda jovem saiu de sua cidade natal e foi para a Corte, onde fez os estudos preparatórios para o bacharelato. Ao fim, seguiu para Portugal onde se formou em Direito na Universidade de Coimbra. Retornando ao Brasil, exerceu a advocacia e se tornou professor na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, a primeira do Brasil. Ativo advogado, atuante na imprensa, convivendo com os principais literatos, professor querido, nem por isso Veiga Cabral deixou de ser um homem que vivia intensamente a vida social da capital da Província. São inúmeras as circunstâncias inusitadas e de sabor anedótico envolvendo a figura do professor matogrossense. Logo se lhe pespegou a fama de *bon vivant*, de boêmio irredutível e de assíduo frequentador das festas e noitadas paulistanas. Uma dessas histórias relata que, entre alunos e professores da respeitada escola, comentários corriam dando conta de que o catedrático de Direito Civil não preparava bem as suas aulas e não era também a elas muito assíduo. Numa de suas estadas em São Paulo, o Imperador fez questão de assistir a uma aula daquele coimbrão de quem tanto se falava. Pedro II chega de surpresa e se senta ao fundo da sala. Então, Prudêncio Giraldes começa a dar uma aula magistral sobre o tema proposto e vai inclusive além, ao adentrar numa matéria que nem sequer era ainda reconhecida. Falando sobre Direito Administrativo, o professor encanta o governante que, ao final, o cumprimenta efusivamente. Tempos depois, o nomearia Conselheiro de Estado. Inteligência brilhante, Prudêncio da Veiga Cabral foi o pioneiro dos estudos sobre Direito Administrativo em língua portuguesa, sendo, talvez, o primeiro a publicar no Brasil obra sobre o assunto. Ao falecer, em nove de janeiro de 1862, aos 62 anos, era um nome consagrado no mundo jurídico nacional.

O primeiro ocupante é também cuiabano. Palmyro Pimenta, que se diplomou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, além de atuar ativamente na imprensa matogrossense ocupou diversos cargos públicos, tendo sido fundador e primeiro diretor do primeiro Curso de Direito criado em Mato Grosso. Foi ainda presidente do Tribunal de Justiça e, quando em 1932 foi criado o Tribunal Regional Eleitoral, foi designado seu presidente.

O segundo e último ocupante, a que agora sucedeis, é um homem cuja vida foi marcada pelo estudo. Corsíndio Monteiro da Silva nasceu em Cuiabá e também se formou em Direito no Rio de Janeiro. Especializou-se em Direito Administrativo e assim se tornou em Consultor Jurídico da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Estado Maior das Forças Armadas. Sem embargo da atividade profissional, dedicou-se aos estudos literários e jurídicos publicando ensaios de Direito Administrativo, textos sobre a cultura matogrossense, além de obras com enfoque na língua portuguesa, dos quais faz jus que se mencione *O universo verbal de Rui* e *O universo verbal de D. Aquino*. Mas para nós, matogrossenses, o trabalho de relevância de seu antecessor foi, sem dúvida, a expressiva contribuição que deu para a cultura deste Estado ao coligar e anotar a obra completa de D. Aquino Corrêa, publicada em oito volumes, em 1985.

Senhor Agnaldo Rodrigues, estou convencido, e falando em nome da plêiade acadêmica como o faço agora, que temos a mais absoluta certeza de que Vossa Senhoria, com a produção intelectual crescente e de qualidade da qual vens dando prova, ireis cumprir com galhardia o *desiderato* da Cadeira que passareis a ocupar, honrando assim Patrono e antecessores.

### **Do compromisso intelectual**

Senhoras, Senhores

A nossa Casa de Letras, já quase centenária, é muito modesta, está distante das púrpuras que ornamentam o poder político e é destituída da influencia que a força econômica enseja. Não obstante na maior parte de sua história venha sendo esquecida ou menosprezada por essas forças e poderes, tem ela se mantido viva, ainda que como uma vela de bruxuleante chama. E o que faz manter viva essa chama, mesmo que ao redor venha predominando o desprestígio da cultura e do saber? Tantos haverão de perguntar.

Ora, senhores, a determinação de manter viva essa chama, ainda que tênue, nasce da serena convicção de seus membros, e isso desde a sua fundação no já longínquo ano de 1921, de que a Academia de Letras deve representar a história cultural e ser o veículo de transmissão da memória estética de nosso povo. Quando reflito sobre essa força que, ao longo dos anos, vem mantendo viva a nossa Academia, vejo o quanto a energia representada pela vontade do espírito expressa pela cultura pode significar para um povo. Vem-me às vezes à mente a conhecida canção que, celebrando a esperança, nos embalou nos anos de chumbo da ditadura militar:

Apesar de você  
Amanhã há de ser outro dia  
Ainda pago pra ver  
O jardim florescer  
Qual você não queria  
Você vai se amargar  
Vendo o dia raiar  
Sem lhe pedir licença

Nesse lusco fusco em que se transformou a vida cultural e social em nossos tempos, a Academia Mato-Grossense Letras vem sobrevivendo, e sobreviverá, apesar de todos os obstáculos, de todas as dificuldades, da absoluta falta de apoio dos poderes públicos e, tal como nos versos de Chico Buarque, proclamar, a cada abertura dessas portas, a cada posse de um acadêmico: amanhã há de ser outro dia.

Sabem os homens conscientes do labor intelectual de que a cultura, o saber, o conhecimento, representa a esperança de um mundo melhor, sem desigualdades entre os seres humanos, sem as gritantes injustiças sociais, enfim, um mundo mais harmônico e justo, solidário e confiante num futuro em que a civilização haverá de triunfar definitivamente sobre a barbárie.

Esse entendimento filosófico e político deve necessariamente permear a preocupação intelectual de cada um dos que se sentam nestas cadeiras acadêmicas. Por isso mesmo é que o Estatuto de nossa entidade reza que o empossando, em seu discurso, “focalizará e fixará a sua posição doutrinária diante dos problemas culturais contemporâneos”.

Com efeito, a pergunta instigante surge a cada momento, tanto no percurso individual de cada escritor, poeta ou artista consciente de seu ofício e presença no mundo, como nos debates que pulsam nos meios culturais de toda nação civilizada. Qual o papel do intelectual? Que cumpre fazer o operário da palavra e do pincel conscientes de seu ofício? Enfim, qual o compromisso para com o seu tempo e para com a sociedade em que vive daquele homem e daquela mulher que foram tocados pela graça e pela angustia que o conhecimento proporciona?

Não adentrarei aqui em uma digressão que, no decurso do tempo, tem sido motivo de longos debates, com velhos e novos posicionamentos, razões para tantas perquirições que, em muitas ocasiões, resultaram em temores e sofrimentos.

Mas não me posso furtar a trazer, ainda que a voo de pássaro, algumas considerações quanto a tema tão pertinente. O mundo contemporâneo, que assiste a morte das ideologias políticas no que elas se manifestam como expressão do poder de Estado, é o mesmo que testemunha o embate entre duas forças igualmente inconciliáveis: o humanismo e a barbárie ou irracionalismo. Essa luta, tantas vezes desigual, sendo a expressão das contradições de nosso tempo, não se circunscreve a uma mera posição na sociedade onde as questões éticas e políticas se fazem presentes. Esta é uma questão que diz respeito, sobretudo, a uma determinada concepção de mundo. E esta questão se situa no centro da perspectiva da literatura e da arte. Desde Aristóteles, e na melhor tradição, toda a estética racionalista e dialética conduz a uma temática de ideias a favor do Homem. Daí que a literatura, e de um modo geral a arte, deve, além da conformação estética, ser em seu conteúdo declaradamente humanista, ou seja, a favor da esperança, ainda que por vezes possa expressar a desesperança. Vi isso quanto li o poema de Czeslaw Milosz:

Para que o ridículo e a dor se transformem em dignidade  
E seja consumado, assim, sem cores ou beleza  
O nosso imperfeito amor terreno.

É a essa contextualização do homem em seu tempo presente, que o criador, seja ele poeta ou romancista, contista ou ensaísta, pintor ou literato deve estar atento, mesmo quando trata da falta de perspectivas concretas do homem contemporâneo, de sua solidão, misérias e abandono, de seu paroxismo ante a técnica, do absurdo do mundo, das suas esperanças naufragadas. Como bem expressou Ferreira Gullar:

O poema  
antes de escrito  
antes de ser  
é a possibilidade  
do que não foi dito  
do que está  
por dizer

Que se pode então dizer através da literatura? Nestes nossos tempos, o que pode o poema, o conto, o romance, o ensaio? Esta questão, tantas vezes posta na história da cultura ocidental nos últimos séculos, foi, em 1964, colocada a seis respeitados intelectuais franceses num célebre debate realizado na Sorbonne. A eles se solicitava uma abordagem da questão não apenas do ponto de vista literário. O debate resultou em respostas distintas, mas convergindo para nenhum deles negar o papel fundamental que a literatura tem para o Homem. A literatura, como na ocasião reafirmou Jean-Paul Sartre, falará ao homem

através da densidade de um estilo, de determinada maneira de ser, de forma a colocá-lo em situação, que deve ser, por sua vez, também obscura. Não se trata de elucidá-lo, trata-se simplesmente de lhe dar uma espécie de sentido total de si próprio, com a sensação de que é a liberdade o que está por trás, de que viveu um momento de liberdade, escapando e compreendendo melhor ou pior os seus condicionamentos sociais e outros. Se viveu esse momento de liberdade, se conseguiu por momentos escapar – através do livro – às forças da alienação e da opressão, podemos ficar certos de que não se esquecerá mais. É isso, creio eu – concluiu o filósofo e romancista – o que pode a literatura, ou pelo menos uma certa literatura.

Senhoras e senhores acadêmicos, senhor professor Agnaldo Rodrigues, o que podemos - escritores, poetas, artistas - que vivemos na periferia política e econômica do país? O que podemos diante da alienação social, cultural e política que tem levado, como consequência dramática, o afastamento da quase totalidade da população das decisões políticas e econômicas que dizem respeito ao seu futuro e a de seus filhos e descendentes? O que podemos diante da crescente concentração desse poder nas mãos de uma minoria, resultando numa sociedade afásica, sem vontade e sem horizonte? O que podemos quando uma propaganda massiva despeja sobre a população ignara uma enxurrada de informes e slogans que, para dizer de modo educado, está bem distante da verdade e muito próximo daquilo a que George Orwell denominou de “novilingua”,

ou seja uma propaganda em que a mentira passa a ser a linguagem do poder? O que podemos diante de uma situação política e social em que a cultura, ao invés de ser tida e valorizada como um bem essencial ao homem é lhe negada, quando não, passa a ser mero adorno?

Não pode o homem de pensamento calar-se perante tal situação. Não deve o intelectual omitir-se ante as injustiças materiais, o desmando de governantes ou diante da pobreza cultural e musical que estão sendo impostas às novas gerações. Não nos é permitido eticamente ficarmos quietos ante as misérias espirituais deste nosso tempo de desmemórias. Lembrou bem o romancista Carlos Fuentes quando, em pleno auge das ditaduras na América Latina, escreveu

o escritor numa sociedade débil, tem a obrigação de ser o porta voz das aspirações do povo, porque as sociedades que não falam se convertem em sociedades escravas.

Cabe-nos reafirmar em alto e bom som que o governo numa Democracia nasce da vontade do povo e todos, absolutamente todos, os seus atos devem estar voltados para o benefício do povo, de onde emana todo o poder; devemos dizer que a corrupção, seja a econômica seja a dos valores éticos, não pode ser encarada, como vem sendo, como inexorável, como algo natural, inevitável e intrínseco ao ser humano.

Estas circunstâncias não são novas, é verdade. Vejam que o grande padre Vieira deblaterava, no século XVII, contra o governo que impunha impostos escorchantes. Em sua homilia dedicada a Santo Antonio, em setembro de 1642, pregou:

Quis o Senhor, que pagasse S. Pedro o tributo, e mais que lhe ficasse em casa o fruto de seu trabalho, que este é o suave modo de pagar tributos. Pague Pedro o tributo sim, mas seja com tal suavidade e com tão pouco dispêndio seu, que satisfazendo às obrigações de tributário, não perca os interesses de pescador.

E mais adiante, concluindo o trecho:

[...] esta diferença há entre os tributos suaves e os violentos; que os suaves tiram-se da boca do peixe; os violentos da boca do pescador.

Hoje, temos que convir, os impostos estão sendo tirados da boca do pescador. Quase três séculos depois, era Rui Barbosa que, a beira do desalento, profligou:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.



É verdade, não são recentes as nossas mazelas, mas é imperioso reconhecer que elas se agravaram, e se agravam, nos últimos anos.

Com esse propósito, cabe-nos, igualmente, denunciar a maléfica, e talvez proposital, confusão que se faz entre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento. São coisas distintas, bem o sabemos, que se distinguem, expressando um, os índices de produção econômica, e o outro, significando os reais benefícios que o crescimento econômico traz para toda a população. Há de chegar a hora de indagarmos não apenas o quanto estamos produzindo em grãos, no qual se vem alcançando os primeiros lugares no país, mas de quanto tem sido o nosso índice de desenvolvimento humano, ou seja, as quantas andam a saúde, a segurança e a educação de nossa gente. De nada adianta o crescimento da economia se dela a população não pode se beneficiar. E como falar em cultura sem que as necessidades mínimas como saúde, educação e segurança sejam atendidas?

Cabe-nos, sem dúvida, indagar: quando chegará o tempo em que as necessidades sociais e humanas elementares terão prevalência sobre obras faraônicas ou não prioritárias? Quando advirá o tempo em que os genitores não ficarão angustiados com o futuro do filho e quando uma mãe não mais balançará inutilmente um berço nem se debruçará de pavor e medo sobre o tumulto de um ente querido? Ou, quando virá o tempo em que aquele que ensina receberá salários dignos e será homenageado com o respeito social?

Já deveria estar pacífico aos governantes que a cultura é um valor imprescindível ao povo e que, portanto, deve estar agregada ao crescimento da economia. Um povo não tem futuro sem que o conhecimento e o saber, enfim a cultura seja estimulada, amplamente disseminada e garantida como um direito humano essencial. De igual modo, como falar em cultura se um verdadeiro lixo cultural vem sendo impingido massivamente à nação, amesquinhando a nossa rica tradição cultural e musical? Vale lembrar a advertência de Ivonne Bordelois, que escreve, em *A palavra ameaçada*:

Uma certa e obscura onipotência nos dá permissão cotidianamente para assistir a horas de televisão-lixo ou ler as piores seções dos jornais ou escutar os programas de notícias mais sensacionalistas ou a música mais desprezível, acumulando desse modo em nós mesmos uma enorme ressaca de sedimentos espúrios que vão nos convertendo em seres opacos e carentes de toda energia e transparência. Até quando nos imaginamos impunes ou invulneráveis, estamos destruindo a nós mesmos, do mesmo modo que se destroem os que comem e bebem irresponsavelmente até destroçar seus corpos, suas vidas e as dos que os rodeiam. Estas formas de degradação da consciência são mais frequentes e extensas do que pensamos e contribuem, não em pequeno grau, para a hecatombe social que estamos presenciando. A deterioração da linguagem – tanto da que falamos quanto da que nos permitimos escutar – é uma forma de autodestruição sumamente grave, sobretudo quando acompanha, desde o interior, as enormes forças de agressão externa a que estamos submetidos diariamente.

Fiz uma mais longa digressão a respeito desse tema por que examino a questão da degradação da linguagem num trabalho sobre a linguagem matogrossense, que em breve virá a público. Sem duvida, senhores, a degradação, o desrespeito, a desqualificação da linguagem é uma questão que nos deve a todos seriamente preocupar.

Pois, para bem cumprir o destino de questionar é preciso que se o faça, tal como Antonio Vieira e Rui o fizeram, sem deixar de aperfeiçoar o estilo, o léxico e a qualidade estética de nossos trabalhos.

Aí está, pois, senhores e senhoras, no meu modestíssimo e despretensioso entender, a tarefa que nos compete, e o desafio que se nos impõe para o qual, sem ter a firmeza ética e a competência intelectual necessárias, o horizonte se tornará cada vez mais distante. Sabemos quantos e quais obstáculos se nos antepõem. No entanto, para que tenhamos a honra de sermos considerados escritores é necessário que tenhamos a coragem de arrostá-los. Só assim, ultrapassando barreiras, é que poderemos almejar a viver uma época na qual o talento e o mérito, representado pelo estudo e pela inteligência, será norma a ser respeitada como valor predominante na sociedade.

Sei, presencio e vivo as dificuldades do fazer cultural neste nosso rincão. Nem por isso, podemos deixar de fazer as perguntas. Não é fácil. Não, definitivamente não é. Lembro-me agora de João Cabral de Melo Neto:

Sei que traçar no papel  
é mais fácil que na vida  
Sei que o mundo jamais é  
a página pura e passiva  
O mundo não é uma folha  
de papel, receptiva  
Mas o sol me deu a ideia  
de um mundo claro algum dia.

Finalmente, caros confrades e confradeiras, se já existiu um tempo em que o intelectual imaginava que podia viver encerrado em uma torre de marfim, despreocupadamente abraçado às suas musas, este tempo, por certo, está superado. E tampouco pode ser este o destino de um sodalício, como o nosso, dedicado aos afazeres do intelecto. Ledo engano o daqueles que assim algum dia pensaram.

Yeats, Willian Butler Yeats, um dos principais poetas do século XX, num poema visceral, que embora escrito em 1919 na consternação das ruínas da Primeira Guerra Mundial, nos faz hoje, com uma atualidade extraordinariamente marcante, refletir sobre os escombros moral e política de nosso tempo e de nosso país. Em a *Segunda Vinda* o gande vate alertou:

As coisas vão abaixo; o centro cede;  
Mera anarquia é solta sobre o mundo.  
Solta, a maré de sangue turva afoga-se  
Por toda parte, o rito da inocência.  
Falta fé aos melhores, já, os piores  
Se encham de intensidade apaixonada.

Senhor Agnaldo Rodrigues, ao adentrardes a esta Academia de Letras atentai para a advertência que Alceu de Amoroso Lima, o respeitado ensaísta e pensador, fez a propósito do maior dos acadêmicos brasileiros:

a maior lição que Machado nos deixou é que o grande inimigo das academias é o academicismo. Ninguém menos acadêmico que Machado de Assis. O que ele nos ensina por sua obra e por sua personalidade, que transcendem as escolas literárias e as dissidências políticas entre irmãos, é que devemos entrar para as academias, contanto que elas não entrem em nós.

Que esta recomendação nos sirva a todos, e que Vossa Senhoria, com a vossa presença, a reforce.

Aqui, certamente, vindes com o espírito de aprender e a capacidade para ensinar. Vamos, pois, refletir juntos sobre o nosso compromisso com a história de nossa gente e o destino da cultura.

O sábio homem que proclamou na velha Paris medieval a virtude do trabalho e o mérito da dedicação, sem a qual nenhuma honra pode existir e sobreviver, sabia por que o fazia e, justamente por isso, há que ser recordado a cada passo.

Auguro a que o acadêmico Agnaldo Rodrigues da Silva se inspire no ânimo, na dedicação, no idealismo e na disposição ao trabalho demonstrados pelo francês-matogrossense Augusto João Manuel Leverger, que esta Casa homenageia.

Que aqui, com o seu entusiasmo e inteligência, possa abrilhantar mais ainda a sua promissora carreira intelectual.

Que venha contribuir, com a sua experiência e a sua competência, para enriquecer este silogeu, no qual teve assento as personalidades mais destacadas desta terra, e que, entre tantas, contou com as figuras luminares de Francisco de Aquino Corrêa, José de Mesquita e Virgílio Alves Corrêa Filho.

Trazei para cá Agnaldo Rodrigues da Silva os seus sonhos, os seus ideais, as suas esperanças, a sua utopia.

Sim, sonhos e esperanças, professor Agnaldo, porque sem estes quase nada poderemos empreender. As dificuldades artificiais e as incompreensões sorrateiras que se nos colocam se tornam, tal como no mito de Sisifo, monstruosos obstáculos que aos seguidos tropeços nos farão desistir se não formos fieis aos nossos sonhos e se não deixarmos que a esperança nos alimente.

Vale, então, repetir uma vez mais e sempre, essa majestosa, doce, terna e sábia Cora Coralina, poeta tão irmã nossa:

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o

que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Sede bem vindo, acadêmico Agnaldo Rodrigues da Silva. Estendemos-vos o nosso abraço fraternal. A Casa é vossa.